



33ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA ASÁGUAS

(Gestão 2020/2022) – Dia 05.07.2021, das 11h às 12h47min

Reunião realizada virtualmente por meio da plataforma Teams

Presentes:

Izabela Braga Neiva de Santana, Helvécio da Silva Araújo Mafra Filho, Dhalton Luiz Tosetto Ventura, José Luiz Gomes Zoby, Simone Vendruscolo, Flávia Simões Ferreira Rodrigues, Juliana Dias Lopes, Thamiris de Oliveira Lima, Taciana Neto Leme, Grace Benfica Matos, Volney Zanardi Junior, Luiz Henrique Pinheiro Silva, Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez, Andrea Araújo Trindade, Vivyanne Graca de Melo, Renata Rozendo Maranhão, Marcio Freitas, Ana Paula de Souza, Fábio Vicente Ferreira, Jane Fátima Fonteneles, Nelson Neto de Freitas, Celina Maria Lopes Ferreira, Luis Gustavo Miranda Mello, Osman Fernandes da Silva, Agustin Justo Trigo, Mayara Rodrigues Lima, Fabrício Vieira Alves, Jorge Thierry Calasans, Thiago Henriques Fontenelle, Rosana Mendes Evangelista, Marcus André Fuckner, Mariane Moreira Ravanello, Antonio Augusto Drumond Ramos Gondim

Estagiária: Raquel Medeiros da Silva

1. Informes:

Debate com a Ascema: A Aságuas foi convidada para participar de um debate com a Ascema sobre a Medida Provisória 1055/2021. O diretor Luiz Henrique informou que vai representar os associados e fazer um discurso em defesa da ANA, particularmente da lei Nº 9984/2000, que determina que a ANA é quem define as regras de operação dos reservatórios, deixando claro, no entanto, que não falará em nome da ANA (papel que cabe a seus dirigentes).

2. Pauta:

MP Nº 1055: A MP já havia se tornado tema de discussão na reunião da Aságuas, mas acreditava-se que, com a edição da MP da privatização da Eletrobras, a MP 1055 não seria editada.

O diretor Luiz Henrique explicou que a MP 1055 interfere na política nacional de recursos hídricos, no sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e na atuação de instituições que estavam tratando as crises hídricas, além de sobrepor as competências da ANA.

A reunião aberta foi conduzida em cima de duas perspectivas: a primeira sendo com o intuito de estruturar um debate técnico referente à MP e os impactos que ela tem sobre a ANA, o qual seria dirigido pela diretoria técnico-científica da Aságuas. Já a segunda, é de que fosse consolidada, o mais rápido possível, uma carta aberta a qual seria compartilhada com a sociedade.

O diretor Luiz Henrique esclareceu que, apesar da MP, a ANA continua atuando dentro das bacias do Paraná e da Paraíba, mas é possível que futuramente haja conflitos entre as decisões da ANA e da CREG.

A associada Celina relatou que a ANA aparentou ser incompetente e inoperante com a sua falta de manifestação quanto à MP e, com isso, desvalorizou o trabalho dos servidores. Com a sua falta de posicionamento, restou aos servidores se posicionarem. O diretor Dhalton acrescentou que ANA deveria ter se manifestado ainda antes da edição da MP, apresentando o seu histórico de atuação relativo ao tema. Disse, ainda, que, na falta dessa manifestação, esperava que a SOE liderasse tecnicamente a manifestação dos servidores por meio da Aságuas.

O diretor Luiz aconselhou que o debate não fosse apenas uma discussão técnica, mas também política e institucional. Complementou que, pelo fato de a Aságuas não ter ninguém da SOE na diretoria, seria melhor abranger mais a fundo os temas institucionais e políticos.

O associado Luis Mello chamou a atenção para o fato de que a MP impactará diversas áreas da ANA, não apenas DOE e SRE. As discussões nos Comitês de bacia, por exemplo, perderão força por não haver segurança de que suas decisões serão respeitadas.

O associado Nelson abriu a questão de a MP ser de data indeterminada, apesar de ser provisória, abrindo portas para outros setores não especializados tratarem de problemas em que a ANA deveria estar à frente, perdendo o poder de gerenciamento quanto às crises, barragens e tudo que envolva outras competências da ANA.

Ficou decidido que haverá a elaboração da carta, que deverá chegar ao Congresso Nacional e à mídia, explicando de forma didática o funcionamento do sistema, da política nacional e trazendo um posicionamento político, mas não corporativista, dos servidores associados da Aságuas. Além disso, a diretoria da Aságuas entrará em contato com a assessoria jurídica para, talvez, revisarem a carta e, na mesma semana, realizarão o debate técnico. Também será encaminhado aos associados o conjunto de manifestações, artigos e cartas que já foram publicados em jornais para aprofundarem o conhecimento, entender os impactos da MP e o que podem usar como argumento no debate. Ademais, será encaminhado um ofício pedindo que a diretoria da ANA explique o que pretende fazer referente à medida provisória.